

# Audiência Pública

**Comunidade e movimentos sociais sobre o conflito territorial entre Ceará e Piauí.**



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO CEARÁ









**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO CEARÁ

# **Audiência Pública**

**Comunidade e movimentos  
sociais sobre o conflito territorial  
entre Ceará e Piauí.**

ASSESSORIA DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL  
Fortaleza, agosto de 2023

## **EXPEDIENTE**

### **Defensora Pública Geral do Estado do Ceará**

ELIZABETH DAS CHAGAS SOUSA

### **Subdefensora Geral do Estado do Ceará**

SÂMIA FARIAS COSTA MAIA

### **Secretária Executiva**

FLÁVIA MARIA ANDRADE DE LIMA

### **Assessora de Relacionamento Institucional**

LIA CORDEIRO FELISMINO

### **Coordenadora das Defensorias do interior**

SHEILA FLORÊNCIO FALCONERI

### **Subcoordenadora das Defensorias do Interior**

RENATA PEIXOTO DO AMARAL BOTELHO SILVA

## **EQUIPE TÉCNICA**

Lia Cordeiro Felismino

### **Coordenação**

Daniella Alencar Matias

### **Articulação**

Fran Costa de Castro (ARINS)

Pollyana Ferreira Ramos (CERIMONIAL)

Ana Kamilla Vasconcelos (ASCOM)

Gaulieno Sheridan do Nascimento (COTIN)

Lincoln Costa Melo (Transporte)

Francisco Ananias da Silva Filho (Transporte)

Francisco Jones da Silva Filho (Transporte)

Antônio Rômulo Batista de Oliveira (Transporte)

Victor Fernandes Fernandes de Alencar (Coordenador de Transporte)

### **Apoio Técnico-Operacional**

Fran Costa de Castro

### **Elaboração e Sistematização**

## APRESENTAÇÃO

Garantir a participação da sociedade civil e movimentos sociais e populares, sujeitos imprescindíveis para o desempenho da função social da Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPGE), em relação a determinada questão, para que possam se informar, se manifestar e serem ouvidos é o principal objetivo de uma audiência pública.

Diante do conflito existente entre os estados do Piauí e do Ceará, a parceria institucional da DPGE com a Procuradoria Geral do Estado do Ceará (PGE) e das articulações com as populações vulnerabilizadas e movimentos sociais no território em disputa, tomamos a decisão de ingressar como colaboradora processual da ação que trata do assunto no Supremo Tribunal Federal (STF).

O litígio existe há 12 anos, com o Piauí reivindicando territórios hoje pertencentes ao Ceará, cujos municípios afetados são: Carnaubal, Crateús, Croatá, Granja, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipaporanga, Ipueiras, Poranga, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa. Com isso, a Defensoria representará a população mais vulnerabilizada dessas cidades e poderá contribuir com o debate fornecendo subsídios às decisões daquela corte sobre a questão.

Como parte importante desse empreendimento, promovemos no dia 17 de agosto de 2023, em Viçosa do Ceará, uma Audiência Pública intitulada Comunidades e Movimentos Sociais sobre o Conflito Territorial entre Ceará e Piauí.

Neste documento, traçamos um breve contexto desse conflito, que foi tratado pela mesa técnica composta para este momento. Versamos sobre como foi o processo de construção dessa audiência. E damos destaques às presenças e aos relatos da população. Essa é uma forma de humanizar o processo, pois cada relato trazido nessa experiência, carrega histórias, culturas, pertencimentos, questões sociais, que precisam também ser consideradas, protegidas e garantidas, resguardando o sagrado direito de ter vez e voz.

## **SUMÁRIO**

<b>1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO LITÍGIO ENTRE CEARÁ E PIAUÍ.....</b>	<b>7</b>
<b>2. A AUDIÊNCIA PÚBLICA.....</b>	<b>11</b>
2.1. Identificação.....	12
2.2. Objetivo.....	12
2.3. Mobilização e divulgação.....	13
<b>3. COMUNIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS SOBRE O CONFLITO TERRITORIAL ENTRE CEARÁ E PIAUÍ.....</b>	<b>14</b>
3.1. Registro de Presenças.....	17
3.2. Registro das manifestações populares.....	19
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>33</b>
<b>Relatório fotográfico.....</b>	<b>33</b>



## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO LITÍGIO ENTRE CEARÁ E PIAUÍ

**Esse litígio é uma questão secular. Praticamente essa área nunca foi reclamada antes, A primeira pergunta que faço é por que em todos esses anos deste século que passou, com muitas relações entre a Serra da Ibiapaba e as cidades do Piauí, em boa vizinhança, por que somente agora veio essa questão com tanta força?** (Verônica Maria Mapurunga, Professora)

Os conflitos por terras estão presentes na configuração territorial brasileira desde o Brasil Colônia, quando o país foi dividido em capitanias hereditárias<sup>1</sup>. Este fenômeno ainda se mostra presente em escalas locais e regionais no território brasileiro entre municípios e estados. Assim como nas áreas de fronteira do Brasil com outros países da América Latina, alguns limites entre os estados brasileiros também compreendem zonas de disputa de territórios no meio jurídico, também nomeadas de áreas de litígio.

A configuração dos limites estaduais no território brasileiro constitui uma problemática de cunho político, econômico e cultural, entre os estados e municípios e que consiste na apropriação de terras, recursos naturais e aparelhos governamentais.

Estas incertezas quanto à delimitação “correta” ou convencionalmente mais apropriada entre os estados brasileiros, consistem, de modo geral, em técnicas impositivas de controle com origem no Segundo Império brasileiro (1840-1889), onde os órgãos imperiais responsáveis por estabelecer os limites políticos - além do próprio imperador - delimitaram os estados durante esse período.

Numerosos problemas referentes à ordenação desses limites, durante o governo de D. Pedro II emergiram por força dos decretos imperiais sob as antigas províncias. Vale ressaltar que as lacunas supracitadas advêm de um processo anterior inserido no recorte temporal que contempla a ocupação do território brasileiro, através de posseiros, sesmeiros, donatários e grileiros, onde não interessava a formalização do estabelecimento de limites territoriais devido às atividades praticadas neste período.

Assim, neste processo, existiam lacunas que permitiam diversas interpretações, referências vagas de delimitação e outros fatores que fazem com que, atualmente, as demarcações realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou pela Diretoria de Serviço Geográfico (DSG) do Exército Brasileiro entrem em choque com outras instituições dos Estados e mantenham as delimitações em desacordo. O resultado disso amplia a confusão das demarcações apresentadas pelos órgãos que compõem o cerne da disputa entre os estados, uma delas entre Ceará e Piauí, objeto desta Audiência Pública, uma vez que o governo piauiense não reconhece a demarcação realizada pelo IBGE e solicitou uma nova delimitação a ser cumprida pelo Departamento de Geografia do Exército Brasileiro.

---

<sup>1</sup> SOUZA, Vlândia da Silva. As divisas interestaduais brasileiras : uma análise sobre a permanência do litígio territorial entre o Ceará e o Piauí. 2020. 221p. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

A divisão das terras que compreendem a fronteira litigiosa entre Ceará e Piauí ocorreu, oficialmente, através do Decreto Imperial 3012, no dia 22 de outubro de 1880. Neste período, o governo imperial, em debate com seus órgãos responsáveis pelos limites estaduais, estabeleceu como linha divisória a vertente da Serra da Ibiapaba ou Serra Grande, pertencendo à província do Piauí todas as vertentes ocidentais até o fim do limite oeste do estado e à província do Ceará, as vertentes orientais até a demarcação leste do estado. O estado do Piauí acredita que esta divisão não se estabeleceu de forma legítima, o que implica na situação de litígio que ficou adormecida por décadas, uma vez que no início eram pequenas vilas e novas cidades sem expressão econômica significativa na dinâmica territorial da Serra da Ibiapaba.

O governo piauiense alega que o referido decreto imperial estabelece que o território em litígio pertença ao Piauí. Durante a República, e o consequente aumento dos estados, alguns processos litigiosos da época foram resolvidos através de acordos verbais e reuniões entre os governos. Contudo, com o desenvolvimento da microrregião da Ibiapaba, principalmente quanto à sua agricultura, esta discussão voltou à tona, com destaque na segunda metade do século XX<sup>2</sup> e se acirrou no século XXI com o início da construção de vários parques eólicos na área litigiosa.

Apesar de a divisão oficial ser baseada nos decretos imperiais do Segundo Império, a disputa por esta área litigiosa entre Ceará e Piauí remonta o período da metade do século XVII, durante o processo de divisão das capitanias do Ceará, Maranhão e Grão Pará (que incluía o atual território piauiense). Desde então, várias tentativas, sem sucesso, de anexar a zona de litígio foram realizadas<sup>3</sup>, fazendo com que esta problemática se reproduza e permeie até os dias de hoje. Os representantes de ambos estados já debateram e tentaram firmar acordos em que os dois governos concordassem com a decisão, porém o diálogo permanece num impasse.

O litígio de limites entre Ceará e Piauí compreende um território de aproximadamente 3.000 km<sup>2</sup> na Serra da Ibiapaba, compreendendo os municípios de Granja, Viçosa do Ceará, Tianguá, Ibiapina, São Benedito, Carnaubal, Guaraciaba do Norte, Croatá, Ipueiras, Poranga, Ipaporanga e Crateús, onde vivem cerca de 245 mil pessoas.

Aqui, apresentamos de forma abreviada o conflito histórico entre os dois estados. Atualmente, houve uma reverberação numa disputa político-judicial que envolve seus governantes, que contextualizamos a seguir.

Desde 2005, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a desconsiderar a área de litígio nos mapas elaborados contendo os limites estaduais. A elaboração das cartas geográficas, com esta nova configuração, ocorreu por conta de trabalhos de campo realizados pelo órgão na área litigiosa, em que se levou em consideração a ocupação histórica e o sentimento identitário dos moradores entrevistados, além dos aspectos físicos, como: cobertura vegetal, o tipo de solo, fatores fundamentais para investimentos agrícolas e afins na região. No entanto, essa nova delimitação, cartográfica apenas, concedeu as áreas litigiosas para o Ceará, a partir das investigações realizadas pela equipe do IBGE<sup>4</sup>.

---

2 MONTENEGRO, Raul. Terra de ninguém: a zona sem lei entre Ceará e Piauí. 2011 talvez filme terra de ninguém. São Paulo: Raul Montenegro, 2011. 1 vídeo (49 min).

3 SOARES, Jonnas Gonçalves. Limites territoriais em litígio no Brasil: estudo do caso existente na divisa entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais, no interior do Parque Nacional do Caparaó. 2013. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

4 IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa político do Brasil, 2004.

Segundo o supervisor de informações do IBGE/PI, Pedro Soares, em entrevista ao Jornal Cidade Verde/PI, o órgão, ao elaborar o mapa cartográfico, elimina a área de litígio e leva em consideração apenas critérios técnicos e ambientais para formular a divisa entre os dois estados. Na carta formulada, os fatores responsáveis por estabelecerem limites entre as duas unidades federativas foram os divisores de água, como rios e riachos e pontos de elevada atitude.

Os três bolsões litigiosos passaram, desde então, a integrar o território cearense, de acordo com o governo do estado do Ceará, mas isso não implica que a área pertence ao Ceará perante a lei, no entanto, o governo se viu prejudicado com o mapeamento do IBGE e entrou com uma Ação Civil Ordinária perante o Superior Tribunal Federal (STF), solicitando que a demarcação do limite entre Ceará e Piauí seja realizada pela Diretoria de Serviço Geográfico (DSG) do Exército, contratado pelo próprio governo. A discussão sobre este novo processo de demarcação se acirrou, principalmente, a partir da segunda metade do ano de 2018, quando o processo começou a se desdobrar mediante ao desentendimento entre ambos os governantes.

Qual o motivo que levou os governantes a discutirem a decisão na esfera judicial? Por que não decidir este conflito através de acordos oficializados entre os governos? Algumas tentativas de acordos políticos durante o século XX e XXI entre os governantes foram empreendidas, no entanto, todas chegaram num impasse. O desacordo ocorre por diversos motivos, mas o principal decorre do Ceará reconhecer os três bolsões litigiosos como áreas de sua posse. Numa tentativa mais recente, em 2003, o estado do Piauí sugeriu uma divisão dos bolsões entre os dois estados, sendo as duas menores para ele e a maior para o Ceará, o que foi rejeitado pelo governo cearense<sup>5</sup>.

O governo piauiense defende que, além da demarcação confusa sugerida nos decretos imperiais em 1880, já existe desacordo estabelecido entre os estados através do Convênio Arbitral de 1920, onde ambos os estados concordaram com a decisão do árbitro responsável, o então Presidente do Estado de São Paulo, Washington Luís Pereira de Sousa. Já o governo do Ceará afirma que existem critérios mais densos do que o acordo firmado em 1920 ou dos decretos imperiais, como ocupação e cultura do lugar. O governo afirma que, desde o período das províncias, a ocupação destas terras se dá por cearenses, então as áreas litigiosas, por consequência, são de posse do Ceará.

Durante as tentativas de acordo entre os governantes dos estados envolvidos, o impasse de ambos não cederem compete com interesse nos recursos naturais dos bolsões, principalmente no bolsão sul, na reserva de água doce situada no município de Poranga, situado no Ceará. No entanto, caso o processo seja favorável ao Piauí, quase 70% deste município será território piauiense.

Ademais, o crescimento do aproveitamento energético na região passa a atrair o interesse de ambos os governos, sobretudo para o bolsão central e sul, onde se localizam a maioria dos empreendimentos eólicos. Este novo fator aponta para existência de duas dimensões desta situação litigiosa, um litígio do abandono das populações que habitam essas áreas e um outro de interesse sobre os recursos naturais e aparelhos governamentais.

Importante frisar, novamente, que esta disputa vem sendo decidida hierarquicamente entre os dois governos envolvidos. Não existiu qualquer trabalho de plebiscito ou participação dos moradores que ocupam as localidades fronteiriças, os quais serão os maiores atingidos median-

---

<sup>5</sup> LIMA, Eric de Melo; LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. Evolução das questões fronteiriças no leste do Piauí. IN: V Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada e Gestão Territorial, Fortaleza, 2016.

te os desdobramentos do impasse. Merece destaque também o fato de que os traços identitários e históricos do processo de ocupação e construção cultural das comunidades da área de litígio são fundamentais na avaliação da delimitação de ambos os estados.

Considerando a divisa do Ceará com Piauí, conforme a definida no ACO do estado do Piauí contra o Ceará, esse litígio impactará diretamente: o território de 13 cidades (incluindo sete sedes administrativas), 173 unidades de saúde, a segurança hídrica (incluindo o açude Jaburu, um dos maiores do estado do Ceará), 21 mil agronegócios da região, 733 quilômetros de estrada, 290 unidades escolares, três unidades de conservação estadual, o aeroporto de São Benedito, 117 áreas de mineração, três unidades de delegacias, dentre outros.

Para nós, da Defensoria Pública do Estado do Ceará, a maior preocupação está em como isso altera a vida de cerca de 25 mil cearenses que podem “se tornar” piauienses, alterando suas identidades culturais e, conseqüentemente, a sua construção social dentro desses territórios.

Para nós, é necessário diferenciar espaço e território. O conceito de espaço é relacionado ao patrimônio natural existente numa região definida, por outro lado, o conceito de território incorpora a apropriação do espaço pela ação social de diferentes atores, onde se define uma identidade relacionada a limites geográficos, ou ao espaço determinado.

No nosso entendimento, esse litígio não pode ser de interesse sobre os recursos naturais e aparelhos governamentais e sim sobre a vida de cerca de 25 mil pessoas, que diante desse impasse, tem o seu acesso a serviços como saúde, educação, infraestrutura, segurança pública e demais a ser oferecidas pelos estados limitados ou inexistente. Registra-se que a população dessa área estaria sendo atendida pelos serviços oferecidos pelo governo do Ceará, lidas como irregularidade ao promovê-los neste território, uma vez que não faz parte de nenhum dos estados. Mas diante disso, o que se faz, abandona-se as comunidades que habitam essa área?

Dessa forma, no dia 11 de agosto de 2023, a Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará ingressou como colaborador processual da ação, após a ministra Carmen Lúcia, relatora da ação, homologar o requerimento de *amicus curiae* (amigo da corte). Esta decisão permite que a Defensoria possa contribuir com o debate e fornecer subsídios às decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca desse litígio, representando os interesses da população mais vulnerabilizada que habita esse território.

Ciente dos incalculáveis impactos sociais e violações de direitos que circundam o citado litígio, a Defensoria Pública vem atuando, nos últimos meses, para construir um debate humanizado e transversal com habitantes e agentes do sistema de justiça. Com a participação aceita no processo judicial, a instituição se põe à disposição para proteger os direitos da população afetada.

Como primeira medida de representação da população vulnerabilizada, a Defensoria promoveu uma Audiência Pública no dia 17 de agosto de 2023, na cidade de Viçosa do Ceará, para ouvir a população da Ibiapaba sobre essa disputa territorial entre Ceará e Piauí, em movimento de escuta ativa, que valoriza as subjetividades presentes no território em conflito, dando visibilidade a essas vozes, para que elas estejam presentes, constituindo uma terra viva.

## 2. A AUDIÊNCIA PÚBLICA

**“Aqui é terra viva. Então, em terra viva, o povo fala, o povo diz o que quer. O povo tem que ter vez e voz. E é por isso que a Defensoria está aqui com vocês, para que o povo tenha vez e voz.”**

(Elizabeth Chagas, Defensora Pública Geral do Estado do Ceará)

Como forma de compreender a questão territorial nessa área de litígio, se faz necessário colocar que território não pode ser confundido com o conceito de lugar ou de espaço. No território há diversas dinâmicas: físicas, ambientais, econômicas, políticas, sociais e culturais, que estão, de algum modo, entrelaçadas.

A área em disputa entre os estados do Piauí e Ceará não é estática, em que se traçando uma linha a questão fica resolvida. Embora haja um baixo contingente populacional em relação ao das áreas urbanas, esse território, qualificação importante a ser dada a essa área de litígio, é ocupado por diversas comunidades, que têm seus modos de vidas, suas culturas, suas identidades, suas ideias de pertencimento, que estabelecem entre si e com esse meio físico, ambiental, econômico e político, relações importantes que merecem ser visibilizados e amplificados no bojo desse conflito entre os governos do Piauí e Ceará.

Essas comunidades acabam sendo diretamente afetadas por esse conflito por não receberem a devida atenção do Poder Público, estarem fadadas a terem menor atenção das políticas públicas e se verem obrigadas a deslocarem-se frequentemente para os centros de distribuição de comércio e de serviços mais desenvolvidos ou mais próximos, que abastecem as necessidades dos centros menores e das populações rurais.

Enquanto de um lado, os dos governos, são preocupações as questões relativas à construção de empreendimentos públicos e privados além do território legal, às divergências no quantitativo eleitoral e populacional, à indefinição da jurisdição dos órgãos prestadores de serviços e assistência básica dos municípios, aos problemas na arrecadação de impostos, às disputas municipais para o recebimento de repasses (como o FUNDEB) e à distorção nos resultados dos Censos Demográficos, quais as reais preocupações das comunidades afetadas por esse conflito? Em que medida, as administrações públicas, de ambos os estados, estão considerando os mecanismos de participação dessas comunidades no processo de resolução?

É sensível a essas questões que a Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará (DPGE), por meio de seu Gabinete, vem dialogando institucionalmente com a Procuradoria Geral do Estado (PGE), no sentido de estabelecer rotina colaborativa e de auxílio em pautas que impactam na vida da população, sobretudo a mais vulnerabilizada.

Um dos pontos de pauta dessa relação com a PGE foi acerca do conflito territorial do Ceará com o Piauí. Na oportunidade, a PGE colocou a importância de se debruçar sobre a dimensão humana do conflito, defendendo a realização de uma perícia ampla no processo, não apenas a cartográfica. A PGE tem acompanhado de perto todos os aspectos à ACO 1831. Ela integra e coordena o Grupo de Trabalho (GT) instituído em março de 2023 para acompanhar o caso. O GT conta, ainda, com outros órgãos estaduais como a Companhia de Gestão de Recursos Hí-

dricos (COGERH), a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), a Fundação Universidade Estadual do Ceará (Funece), o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace), o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) e a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace).

Era do conhecimento da DPGE a articulação das comunidades e movimentos sociais da região sobre a questão e dos possíveis desdobramentos. Então, por meio da Assessoria de Relacionamentos Institucionais (ARINS) da Defensoria, realizou-se uma reunião no dia 21 de junho de 2023, em Viçosa do Ceará com esses sujeitos. No sentido de garantir a participação de representação de lideranças e movimentos dos 13 municípios, a mesma ocorreu de forma híbrida. Neste momento foi encaminhada a realização de uma audiência pública, com indicativo de data e objetivos, com estratégias de divulgação e convocatória e, também, as formas em que seriam garantidas a participação do maior número possível de interessados. Detalhes que são descritos a seguir.

## 2.1. IDENTIFICAÇÃO

Comunidades e movimentos sociais sobre o conflito territorial entre Ceará e Piauí é o tema escolhido para a audiência pública, justamente pelos elementos refletidos anteriormente, que tem confluência com o debate já traçado entre os movimentos sociais e populares da região da Ibiapaba.

**Data:** 17 de agosto de 2023

**Horário:** 8:00

**Local:** Ginásio Honório Passos (rua José Joaquim de Carvalho, s/n), Viçosa do Ceará.

## 2.2. OBJETIVO

Promover o diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais, no sentido de dar visibilidade às diferentes vozes da região da Ibiapaba frente ao conflito territorial entre Piauí e Ceará é o objetivo geral desta audiência pública.

Para isto, realizou-se:

- A apresentação das questões técnicas, administrativas, sociais e econômicas no caso debatido pela administração pública e poder judiciário à sociedade civil;
- A discussão, o esclarecimento de dúvidas e a escuta atenta de opiniões sobre as preocupações das comunidades, movimentos sociais e populares e sociedade civil sobre a questão;
- O registro e sistematização das informações colhidas nesta audiência, no sentido de

fornecer subsídios às decisões do STF acerca do litígio entre Ceará e Piauí, representando a população vulnerabilizada nesse processo.

### **2.3. MOBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO**

Para o atendimento dos objetivos da audiência pública é necessário integrar os interessados e afetados pelo problema: a gestão pública estadual, sobretudo aqueles que fazem parte do GT, já mencionados anteriormente; as gestões públicas dos 13 municípios envolvidos no conflito, e; os movimentos sociais e populares atuantes, bem como a sociedade civil da região da Serra da Ibiapaba.

Às instituições estaduais e municipais foi realizada a comunicação pelo Gabinete da DPGE, seja através do envio de ofício, e-mail, ligações ou por meio dos aplicativos de mensagem. A ARINS, além de dar o apoio necessário ao Gabinete para a comunicação com o Estado e municípios, empreendeu a comunicação com os movimentos sociais dos municípios da região. O convite à sociedade civil também foi feito por meio de publicação no nosso site e nas nossas redes sociais (Instagram e Facebook). Já as lideranças locais, já articuladas com a DPGE para a realização da Audiência Pública, realizaram contato corpo a corpo com a população e outros movimentos. Destacamos que alguns dias que antecederam o evento, circulou nas comunidades e algumas sedes da região da Ibiapaba um carro de som convidando a população local para participar do momento.

### 3. COMUNIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS SOBRE O CONFLITO TERRITORIAL ENTRE CEARÁ E PIAUÍ

Realizou-se a audiência pública no dia, hora e local definidos, iniciando com uma apresentação da etnia Tapuya Kariri de Gameleira. Em seguida, a DPGE apresentou brevemente o contexto do conflito e os objetivos da Audiência Pública:

“Há cerca de 12 anos, o estado do Piauí reivindica judicialmente terras pertencentes ao Estado do Ceará. O litígio de divisas entre Ceará e Piauí compreende um território de aproximadamente 3.000 km<sup>2</sup>, a área afeta diretamente o território de 13 municípios cearenses, na Serra da Ibiapaba, onde vivem cerca de 25 mil pessoas. Na última sexta feira, 11 de agosto, a Defensoria Pública do Estado do Ceará ingressou como colaborador processual da ação, após a ministra Carmen Lúcia, relatora da ação, homologar o requerimento de amicus curiae (amigo da corte). Esta decisão permite que a Defensoria possa contribuir com o debate e fornecer subsídios às decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca do litígio entre Ceará e Piauí, representando a população mais vulnerabilizada deste território. O objetivo da audiência é ouvir a população da Ibiapaba sobre a disputa territorial entre Ceará e Piauí, em movimento de escuta ativa.” (Lia Felismino, Assessora de Relacionamento Institucional da DPGE).

Em seguida, foi composta uma mesa com representações das instituições do estado, dos municípios e dos movimentos, além da própria Defensora Pública Geral, para pronunciamento público diante da questão.

Em pronunciamento, a Defensora Pública Geral do Estado do Ceará falou:

“Bom dia a todos, todas e todes! É uma honra estar aqui com vocês, eu quero iniciar aqui com os cumprimentos.

Cumprimentar e agradecer a condução aqui da Lia Felismino, que é a nossa Assessora de Relacionamento Institucional, já agradecer demais.

Mas eu quero agradecer a todos vocês, ao povo que está aqui: aos estudantes, aos indígenas, aos vereadores, às pessoas envolvidas na política local e às pessoas do povo que estão aqui conosco para poder serem ouvidos e falar a respeito dessa situação.

A Defensoria Pública entrou nesse processo, entra nesse processo, como foi colocado aqui, amicus curiae, amigos da corte, aquele que vai colaborar com o processo e a nossa intenção é humanizar o processo. Por isso cumprimento primeiro a todos vocês.



E, também, primeiro a Lila (militante do Coletivo Católicas pelo Direito de Decidir e moradora de Viçosa do Ceará), que deixou de ir à Marcha das Margaridas para estar conosco aqui. E enquanto estávamos chegando Flávia (Secretária Executiva da DPGE), nos arrepiou. Chegar aqui porque a gente acredita e ver acontecer, é muito importante para gente. Porque não é a gente que empodera a Defensoria, é o povo que empodera a Defensoria, para prestar o serviço para ele. Então muito obrigada por tudo, muito obrigada pelo auxílio, muito obrigada por todo esse processo (de articulação local para a audiência), Lila.

Quero também cumprimentar o prefeito de Viçosa, Franci Rocha, e estivemos aqui em um momento anterior no Festival Mel, Chorinho e Cachaça, estivemos com a vice-governadora e conhecendo a região e a cultura, e é isso que defendemos.

Quero cumprimentar, também, o Procurador Geral Executivo, e agradecer demais ao Rafael (Dr. Rafael Machado Moraes) e ao Iuri Chagas (Assistente da Procuradoria Geral do Estado), por essa ajuda. Nós, enquanto Defensoria, entramos no processo para somar forças, nossa intenção é somar forças juntamente com o Estado, que é representado no processo pela Procuradoria, e humanizar esse processo para que a gente com a voz do povo e a experiência da Defensoria possamos aliar pessoas nesse processo, nessas páginas e nesses números.

Bom quero cumprimentar o Presidente da Câmara de Viçosa do Ceará, o Ediomar de Carvalho da Silva, a Câmara de Vereadores também está colaborando com todo esse processo.

Agradeço a Assessora de Desenvolvimento Institucional do IDACE, Maria das Graças Farias Pedrosa, que está representando o IDACE e um amigo nosso, o João Alfredo (superintendente dessa instituição), por anos de convivência e de luta. Então agradecer demais.

Agradeço também a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos, a COGERH, representada aqui pelo Hugo Rodrigues, por estar aqui conosco. Nós estamos aqui somando forças. É a soma das forças que dá o resultado.

Agradecer também ao amigo, advogado e historiador, que é sempre parceiro dentro da Assembleia (Assembleia Legislativa do Estado do Ceará), o Eônio Cavalcante Fonteles. Um grande conhecedor da causa de Viçosa, filho de Viçosa, também.

Agradeço também ao Bispo daqui, da Diocese de Tianguá, o Dom Edmilson. E já peço que dê a benção para o nosso momento, porque de fato, somos cearenses, como o senhor falou bem.

Bom, é uma fala inicial, uma fala rápida. A Defensoria, como previsto na Constituição, é expressão e instrumento do regime democrático. E esse exercício que dá força a essa expressão. O que quer dizer isso? É a gente estar junto com o povo. É ter vez e voz. É a gente estar juntos. A gente dentro de uma discussão como essa. O Piauí

pegou terreno lá do Tocantins, mas é importante dizer que é terra seca. Por que terra seca? Porque não tem povo. E aí tudo bem, ele levou uma parte lá do Tocantins. Mas no Ceará, ele não pode levar o povo. Não é simplesmente passar uma linha divisória, passar uma reta. Que não é possível sob o ponto de vista legal... Não é legal, não é justo e não é humano. Mas não é passar uma linha, ainda que fosse, mas não é, fosse uma questão de linha lá em 1800, mas não é isso. É muito mais do que isso. Nós estamos falando de vidas, de histórias, de cultura, de pertencimento, de questões sociais, de religiosidade. Estamos falando de economia, de serviços. Aqui é terra viva. Então, em terra viva, o povo fala, o povo diz o que quer. O povo tem que ter vez e voz. E é por isso que a Defensoria está aqui com vocês, para que o povo tenha vez e voz. Obrigada, gente!” (Grifo nosso).

Após os pronunciamentos institucionais, a mesa foi desfeita, permanecendo apenas as instituições estaduais que integram o GT: Procuradoria Geral do Estado do Ceará, na pessoa do Procurador Geral Executivo, dr. Iuri Chagas de Cavalcante, e a Assessora de Desenvolvimento Institucional do IDACE, a sra. Maria das Graças Farias Pedrosa, bem como o advogado e historiador Eônio Cavalcante Fontenele. Integrou essa segunda mesa, que diz respeito à apresentação das questões técnicas, administrativas, científicas e jurídicas, o Secretário Executivo da Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (COGERH), Sr. Hugo Rodrigues, por também integrar o GT. Enquanto ocorre esse momento, Dra. Lia Felismino orientou que os participantes poderiam se inscrever, caso tenham alguma dúvida ou desejo de manifestação, e que para isto, bastaria procurar alguém do apoio técnico da audiência.

Para o início da mesa técnica, a Dra. Lia Felismino convidou a plenária para assistir a um vídeo enviado pelo sr. Luíz Carlos Mourão Maia, coordenador do Comitê de Estudos de Limites e Divisas Territoriais do Ceará, que juntamente com o IPECE, vem realizando estudos, fazendo pesquisas e colhendo dados nos municípios limítrofes e encaminhando ao Governo do Estado e a Procuradoria Geral do Estado (PGE), no sentido de fortalecer os trabalhos do GT, garantindo a defesa do território cearense. Terminado o vídeo, a palavra foi passada ao sr. Eônio Cavalcante Fontenele, que trouxe informações sobre os dados históricos do conflito entre os estados. Por fim, foi dada a palavra ao Dr. Iuri Chagas de Cavalcante e Hugo Rodrigues, representando a PGE e a COGERH, respectivamente (ambos membros do GT).

Ao fim das apresentações, a coordenadora da audiência iniciou o momento das manifestações públicas, passando a palavra para aqueles que fizeram inscrição. Essas, registradas na seção 3.2.

Concluindo as manifestações públicas, a Defensora Pública Geral, Dra. Elizabeth Chagas, reforça o compromisso da instituição na representação da população mais vulnerabilizada no conflito e a Assessora de Relacionamento Institucional, Dra. Lia Felismino se compromete em sistematizar as manifestações trazidas, para que o documento formulado como fruto dessa audiência seja encaminhado ao Gabinete, para ser incluído no processo, como forma de garantir a defesa do território e da população cearense. Por fim, agradece a presença de todas as pessoas presentes e informa que será servido um coffee break.

### 3.1. REGISTRO DAS PRESENCAS

Cerca de 200 pessoas, entre gestores públicos estaduais e municipais, lideranças, militantes dos movimentos sociais e populares, educadores, estudantes, representantes do comércio local, de cartórios, os moradores das comunidades afetadas e das sedes municipais da Região da Ibiapaba participaram da Audiência Pública **Comunidades e movimentos sociais sobre o conflito territorial entre Ceará e Piauí**.

Em suma, tivemos as seguintes representações:

Das instituições públicas e autoridades:

- **Gabinete da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará**, nas pessoas da Dra. Elizabeth Chagas, Defensora Pública Geral, Dra. Flávia Maria Andrade, Secretária Executiva, e a Dra. Lia Felismino, Assessora de Relacionamento Institucional;
- **Procuradoria Geral do Estado do Ceará**, na pessoa do Dr. Iuri Chagas de Carvalho, Assistente da Procuradoria Geral;
- **Câmara de Vereadores do Município de Viçosa do Ceará**, representada pelo seu presidente, o Sr. Ediomar de Carvalho Silva;
- **Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará**, representado por sua Assessora de Desenvolvimento Institucional, a Sra. Maria das Graças Farias Pedrosa;
- **Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará**, representado pelo prefeito Francisco José Cardoso Filho;
- **Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará**, representada por seu Secretário Executivo, o Sr. Hugo Estênio Rodrigues;
- **Secretaria de Turismo do Município de Viçosa do Ceará**, representada pelo secretário Gilton Barreto de Castro;
- **Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará**, representada pelo Sr. Pedro Florindo da Silva e pela Sr. Nataly Acácio Neves;
- **Instituto Federal do Ceará de Ubajara**, na pessoa de professor José Enildo Elias Bezerra;
- **Diocese de Tianguá**, representada pelo Bispo Dom Francisco Edmilson Neves Ferreira;
- **Câmara de Vereadores do Município de Ipu**, representada pela vereadora Maria Olinda Martins;

Registramos, ainda a participação de representantes dos seguintes movimentos sociais e populares e demais organizações da sociedade civil:

- Escola Estadual de Ensino Profissionalizante José Victor Fontenelle - Viçosa do Ceará;
- Católicas pelo Direito de Decidir;
- Etnia Potiguara - São Benedito;
- Comunidade Lagoa do Carnaubal - Viçosa do Ceará;
- Etnia Tapuya Kariri - São Benedito;
- Comunidade de Buirá - Viçosa do Ceará;
- Comunidade do Caranguejo - Viçosa do Ceará;
- Escola Estadual de Ensino Profissionalizante Jucá Fontenelle - Viçosa do Ceará;
- Comunidade de Santa Cecília - Viçosa do Ceará;
- Escola de Ensino Médio Dr. Júlio de Carvalho - Viçosa do Ceará;
- Cáritas Diocesana de Tianguá;
- Hospital Municipal de Viçosa do Ceará;
- Associação dos Servidores Públicos do Município de Viçosa do Ceará;
- Câmara de Dirigentes Lojistas da Microrregião da Ibiapaba;
- Cartório de Registro de Imóveis de Viçosa do Ceará;
- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Viçosa do Ceará;
- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Tianguá;
- Empresa de Correios e Telégrafos - Viçosa do Ceará;
- Ordem dos Advogados do Brasil - OAB
- Articulação de Mulheres Indígenas do Ceará - AMICE;
- Conselho de Saúde Indígena.

### 3.2. REGISTRO DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES

Após a mesa técnica, Dra. Lia Felismino abriu para o plenário para manifestações, dúvidas e questionamentos:

A primeira inscrita foi a **Sra. Liliane de Carvalho** (Coletivo Católicas pelo Direito de Decidir - Viçosa do Ceará):

“Bom dia a todas, a todos e a todes. Eu inicio minha fala agradecendo imensamente essa parceria entre nós que iniciamos essa discussão com as comunidades e a DPGE. E eu tenho muita convicção que sem o apoio de vocês nós dificilmente estaríamos realizando essa audiência hoje. Por isso, a minha gratidão é absolutamente infinita, viu? Dizer, também, que esse momento só é possível porque, a duras penas, nós conseguimos conquistar a nossa democracia e que por muito pouco a gente quase perdeu isso. Mas estamos aqui firmes na defesa da cidadania, que pressupõem estarmos juntos para decidirmos coisas comuns. Para decidirmos e defendermos o bem-viver. Eu tenho aqui, um documento que foi escrito por uma defensora daqui de Viçosa. Mas quando ela soube, desejou muito que a sua voz fosse expressa nessa audiência, e eu me dispus a ler o que ela escreveu, dizendo que concordo também com o que está escrito.”

O texto abaixo foi escrito pela professora Verônica Maria Mapurunga de Miranda, lido em plenário pela participante inscrita.

#### LITÍGIO DE TERRAS ENTRE O PIAUÍ E CEARÁ

Estou escrevendo este artigo sobre uma questão que considero absurda. Por meados de 2022, ou um pouco antes, li na internet que estava havendo uma votação na Assembleia Legislativa do Ceará sobre uma questão de limites de território entre Piauí e Ceará e que envolvia uma extensa área da Serra da Ibiapaba e seus municípios. Achei uma questão esdrúxula, porque entendo que há mais de um século foi se conformando uma região econômica na Serra da Ibiapaba, que depois adquiriu o status de microrregião e que comporta não somente a economia, mas muitas outras variáveis, dentre elas fatores naturais, biomas (serra e sertão, na serra incluindo a área úmida e carrasco), a população com suas tradições e pertencimentos, um determinado tipo de produção agrícola que foi sendo modernizada. O turismo que foi sendo descoberto como uma vocação da região para alavancar sua economia. E, por isso, achei que a questão ia morrer e caducar, ou se resolver em outra instância com a mediação do próprio governo federal. Na verdade, estamos com muitos problemas de várias ordens no país para entrarmos em mais uma guerra nas estrelas da federação. Esse espírito belicoso colonial e imperial que ainda existe na população, além dos interesses particulares e pecuniários é o que infelizmente nos deixa fora

do presente, não realizando de forma satisfatória suas demandas.

E por isso pensei que a questão caducaria. Mas, que nada! Parece que há interesses muito fortes no assunto e não é do Estado. Porque pergunto: O que é Estado? Essa entidade aparentemente neutra e abstrata é formada por muitas pessoas, classes sociais e muitos interesses, apesar de parecer que é somente uma estrutura jurídico-administrativa. Quando vi um carro de som passar anunciando que ia ter uma audiência pública sobre o tal litígio e que a Defensoria Pública do Estado do Ceará também estava na questão, tornou-se *amicus curiae* no processo, pensei: A questão é séria e absurda.

Disseram assim: Esse litígio é uma questão secular. Praticamente essa área nunca foi reclamada antes, A primeira pergunta que faço é por que em todos esses anos deste século que passou, com muitas relações entre a Serra da Ibiapaba e as cidades do Piauí, em boa vizinhança, por que somente agora veio essa questão com tanta força? Poderíamos lembrar que essas áreas de terra, assim como muitas terras devolutas do Estado Brasileiro, nunca foram reconhecidas, porque não tinham importância e logo que foram ao longo do tempo ocupadas com escolas e equipamentos de educação, estradas e outras infraestruturas, postos de saúde, parque nacional conhecido internacionalmente e muito visitado, aeroporto, muita arrecadação de impostos, fazendo parte de uma economia orgânica em pleno desenvolvimento, com clima ainda agradável, cresceram os olhos de quem as reclama atualmente.

Em números, segundo a revista Plenário (Órgão Oficial da Assembleia Legislativa do Ceará, fevereiro/março/abril de 2023) a área de litígio tem: 245 mil pessoas afetadas diretamente; 13 municípios; 35 distritos; 733 km de estrada; 290 escolas; 172 unidade básicas de saúde, 598 torres eólicas; 21 mil estabelecimentos agropecuários; 2 açudes (Jaburu - que abastece de água toda a serra; e Lontras); 01 aeroporto (São Benedito); 01 Unidade de Conservação Federal (Parque Nacional de Ubajara); 01 Unidade de Conservação Estadual (Bicas do Ipu). Os municípios cearenses afetados pelo litígio são Granja, todos os da Ibiapaba (Viçosa do Ceará, Tianguá, Ubajara, Ibiapina, São Benedito, Carnaubal, Guaraciaba do Norte, Croatá), Ipu, Ipueiras, Poranga, Ipaporanga e Crateús.

Assim também ocorre com as áreas devolutas ocupadas por pequenos agricultores e pescadores, que quando começam a se valorizar, vem capitalistas e empresas e se apropriam. O levantamento feito nessas áreas mostra uma quantidade grande de equipamentos do Estado do Ceará, feito com a população dessa área e mais, porque o Parque Nacional de Ubajara, com bondinho, aeroporto, são investimentos muito grandes. E diferentemente das terras devolutas ocupadas por empresas, neste caso existe a mediação do Estado, são equipamentos do Estado. Mais do que uma questão jurídica, esta é uma questão política. E não é somente uma questão cartográfica, porque afeta a população que aí se territorializa, com seus pertencimentos, tradições culturais, atividades econômicas e vidas. Que se querem cearenses. E eu pergunto mais uma vez, como dois governadores de um mesmo partido, que é o partido do então Presidente da República, estão em litígio em uma questão de Estado, que afeta a população? Isso já poderia ter se resolvido com vontade política.

A área em litígio atualmente é bastante ocupada por pessoas que se consideram cearenses e é lógico que uma mudança de Estado nessas alturas significa um transtorno jurídico-administrativo na vida das pessoas das áreas de litígio, porque equipamentos, as cachoeiras,

os parques, as atividades econômicas que fazem parte da microrregião da Ibiapaba têm uma organicidade e terá repercussão em todas as atividades.

Percebo que os procuradores do Estado do Piauí que reivindicam as áreas em litígio se reportam sempre a uma lei do final do século XIX, que segundo eles dava direito ao Piauí. Direito este não reclamado por mais de um século. De fato, Ibiapaba era uma área dos Povos Tabajaras e consta que D. Pedro I teria dito que essa área era deles na Capitania do Ceará. E neste caso foi uma lei bem mais antiga. Mas os Tabajaras, assim como muitos dos seus descendentes foram engrupidos. E logo que os senhores de terra se apoderaram das cidades que antes eram as tabas e aldeias do tabajaras, eles ficaram sem nada. Isso foi a colonização do capitalismo no seu início. E agora parece que no seu fim, representantes de um capitalismo moribundo, querem fazer uma nova colonização nas terras ancestrais. Voltamos à colônia? A história não se repete a não ser como máscara. E será importante que a desmascaramos mostrando que o presente pode ser diferente.

Por que em vez de tomar de assalto uma microrregião conformada em seus biomas, com suas atividades em desenvolvimento, sua população com seus pertencimentos, que pelas pesquisas e consultas realizadas se declara cearense, não se aproveita a boa vizinhança e se estabelece um plano turístico que envolva Piauí e Ceará e suas terras possam estar anexadas em um programa que traga vigor econômico para os dois Estados, respeitando os limites e aproveitando tudo de bom que os dois têm? O Piauí tem belas praias, o Museu do Homem Americano, as Sete Cidades e tantas outras atividades culturais maravilhosas que permitem um roteiro e uma cooperação entre os dois estados, uma boa relação nessas atividades. O passado colonial e imperial não pode mais estar presente, como desculpas para ações que farão danos a uma microrregião e à população que nela vive. Vivamos o presente reconhecendo os direitos conquistados por uma ocupação durante mais de um século, que não foram contestados.

Assim como a Amazônia, essa questão que pode ser resolvida através de programas e resoluções de nível federal e não por uma resolução judicial.

O outro aspecto importante é que a população das áreas litigadas e suas microrregiões não estão informadas adequadamente do que ocorre e das consequências dessa ação judicial. Mesmo que uma perícia da área tenha sido solicitada pelo TSJ ao Exército Brasileiro, e que tenha sido realizado um estudo socioeconômico e brasileiro, com as populações afetadas pelo litígio, e antes que o martelo seja batido, seria importante uma ampla consulta das pessoas das regiões e microrregiões afetadas, com um plebiscito. Se é uma questão de Estado, todos temos o direito de ser consultados, na Democracia.

Se queremos paz para o mundo, por que permitir uma guerra nas estrelas federais?

Pela anulação da ação judicial de litígio e encaminhamento da questão no Poder Executivo Federal.

**Verônica Maria Mapurunga de Miranda**, em 15 de agosto de 2023.

A manifestação seguinte foi de **Maria do Socorro**, da Articulação de Mulheres Indígenas do Ceará (AMICE), etnia Tapuya Kariri:

“Bom dia a todos, a todas e a todes. Eu sou Maria do povo Tapuya Kariri, localizada na aldeia Gameleira, lá em São Benedito, na verdade, localizada entre os municípios de São Benedito e Carnaubal. Mas as nossas políticas públicas são de São Benedito. Também me colocar como AMICE, porque também estou na Articulação de Mulheres Indígenas do Estado do Ceará, tá certo? Nessa organização estadual e também tem a minha organização com as minhas mulheres, na minha aldeia e na minha comunidade. Assim, falando de litígio né, é algo que vem ao longo dos anos que muitos de nós, quer dizer, de muitos de nós não, porque não éramos nem vivos nessa época, nesse período. E assim, a importância desse momento, né? de ouvir a população, de ouvir o povo. Porque nós mesmo que vamos ser prejudicados, caso isso aconteça. Caso a gente deixe de ser do estado do Ceará e passamos a ser do estado do Piauí. Porque até então, todos nós somos do estado do Ceará, pertencemos a esse estado, porque a gente tem uma história, temos o nosso pertencimento, temos o nosso povo de fato. E então eu preciso que esse momento aconteça, para que nós tenhamos essa fala, que nós pertencemos ao estado do Ceará. Porque aí vocês imaginam assim, essa questão mexe com diversas coisas, com a nossa história, com a nossa cultura, com a nossa economia, com a nossa subsistência, enfim. Então é preciso que todos nós digamos que somos cearenses. Bom dia e muito obrigado.”

Após, foi a oportunidade de **Luiz Marcos**, também da etnia Tapuya Kariri e membro do Conselho de Saúde Indígena se manifestar sobre a questão:

“Bom dia a todas as pessoas. Meu nome é Luiz Marcos, sou liderança Tapuya Kariri. Quero manifestar que se a gente for fazer o contexto histórico, o nosso país sempre foi um país de elite, então, esse ato que foi feito, foi um ato totalmente antidemocrático. Porque as pessoas tomaram o poder, tomaram nossas terras, nossa área, né? Também é uma área de litígio. Provavelmente daqui uns dias, quando a gente pega São Benedito e Carnaubal, já teve reuniões para discutir isso lá, né? Mas falar em território, falar da nossa Mãe Terra, que é o que a gente preza, é uma eterna peia, né?. Porque muitas pessoas e muitos jovens aqui falam ‘ah mas São Benedito tem...’. Os maiores loteamentos do país são da Serra da Ibiapaba, então foi feito todo esse processo, como o nosso colega professor falou, de exclusão e invisibilidade mesmo. Porque a gente sabe que quando a gente se reconhece como indígena, por mais que eu não esteja com esse cocar, o preconceito é grande. E principalmente quando a gente fala das nossas terras. Ameaças contra as nossas lideranças. Preconceito contra nossos rituais. Então



tudo isso nós passamos por esses séculos de preconceito e discriminação. E agora, querendo ou não, vocês tão passando por isso também. A comunidade que habitaram o território e habitam hoje em dia, estão passando por esse mesmo processo que nós, enquanto indígenas, passamos. Então é aquela história, vamos ter empatia de se colocar no lugar do outro. Porque nós passamos por isso diariamente. Retirando comunidades indígenas como os Anacés, retirados para construir um pólo industrial, vai para uma outra reserva, onde não tem o conhecimento da planta medicinal, não tem conhecimento do fruto que tinha na sua região. Então isso vai praticamente matando a cultura daquele povo. E não é só de comunidade indígenas, comunidades podem até ter sua origem indígena, mas não se reconhece, isso é um direito de cada pessoa. Então faço esse breve pronunciamento, porque a gente tem que se unir, se organizar e saber que não vai ser fácil, mas nós enquanto povos indígenas do Brasil, nós somos um exemplo para população brasileira, pois somos o único povo que passamos por muitas situações, levando bomba na cara em Brasília, é preso, né? É ameaçado muitas vezes e muitas vezes tem que sair da sua aldeia com medo de ser ameaçado. Então nós somos exemplo dessa resistência que nós cearenses temos que buscar e fortalecer cada vez mais. (aplausos) Aqui em Viçosa, em 1888, foi redigida pela Princesa Isabel a Carta das 03 Marias que dá posse da terra para os povos Tapuya Kariri, o que prova que havia mobilização pelas terras tradicionais. Esse documento, provavelmente daqui uns dias a FUNAI vai ter que investigar. Porque a desgovernança que tivemos nesses anos atrás, nesses anos passados eram totalmente de exclusão social de estudantes... de todas as pessoas, né? Então o nosso processo demarcatório está faltando apenas a publicação no diário oficial pela presidente da FUNAI. Então o nosso território também está nessa área de litígio. E isso, para nós, vai afetar sim porque juridicamente, pode ou não, mas assim... desde que nós viemos, tempos atrás, nós podemos estar dentro de um município, de dois, três estados, né? Nosso pertencimento histórico, assim como cada um de nós, vem da nossa ancestralidade, nosso sangue. Então nós devemos reconhecer de onde eu vim? Onde eu nasci? Devemos louvar nossa mãe terra, preservar nossa natureza, para que possamos lutar para que tenhamos um futuro melhor para nossas crianças. Vocês viram aqui, os meninos dançando. Pergunte se eles têm vergonha de ser indígenas? Pergunte se eles são do Piauí ou do Ceará? Nossa escola indígena, né, diferente de outras que vejo, não faz com que nossas crianças desenvolvam senso crítico, principalmente para a política. Porque é a política que vai dizer se teremos um futuro bom ou não. Dentro das políticas públicas, eles têm que se desenvolver nisso, além de saber o que é certo e errado. E principalmente tratar do pertencimento delas, assim como a nossa escola faz, nossas lideranças estão presentes, nossos professores se criaram na luta e estão aí representando nas esferas estaduais e federais. Então é isso pessoal, um abraço a todos e muito obrigado.”

A palavra foi dada a **João Mota**, da Cáritas Diocesana de Tianguá:

“Só aproveitando e complementando todas as falas, entender esse processo de litígio,

sou professor e historiador também, é entender os aspectos etnográficos. A etnografia não só na questão teórico-metodológico. Mas estar in locus, de visitar de observar, de participar desse processo cultural. A etnografia pode ser entendida como essa imersão dentro desse processo. Que vai tanto nos grupos quilombolas, indígenas, como também pode descer ainda mais, né? Grupos religiosos, para análise cultural, para entender de fato como é que se materializa todo esse processo. A gente que está aqui, está de fato assumindo, nós somos cearenses. E esse compromisso, não é só verbalizar na fala, na teoria. Mas é na nossa prática, onde nós atuamos, nos nossos grupos, nas nossas vivências políticas, educativas, religiosas, para que nós possamos juntos e juntas, reafirmar aquilo que nós assumimos como pessoas. Nós estamos inseridos num processo, porém entender esse processo nos possibilita dizer, nós somos cearenses e queremos continuar cearenses e a Defensoria é essa voz, esse braço que se uniu para dizer: assumimos esse compromisso reafirmado somos cearenses e queremos continuar onde estamos, como estamos e da maneira como nos encontrando. Melhorando e qualificando a nossa vida.”

Posteriormente, foi oportunizada a palavra para **Sebastião Xavier**, comerciante e residente do município de Viçosa do Ceará:

“Bom dia senhoras e senhores. Quero cumprimentar a doutora em nome de todos. Sou filho de Viçosa do Ceará. Tenho orgulho de dizer que sou filho de agricultor e de uma agricultora. Estou aqui trazendo um sentimento. Muito obrigada Tia Lila pelo convite. estou aqui trazendo o sentimento de representação daquelas pessoas que fizeram história no nosso Nordeste e, principalmente, no Ceará e na Serra da Ibiapaba. Estou aqui representando os outros que não estiveram aqui presentes, que puderam estar e, principalmente, quero representar as futuras gerações, pois nós fazemos parte da história do nosso estado do Ceará. E tenho certeza que todo cearense tem orgulho de dizer que é cearense. E o que eu quero mais, se haver uma mudança nessas transformações de estado para estado, a história dessas pessoas que construíram, como é que vai ficar o pensamento deles? E, principalmente, as futuras gerações ficarão com pontos de interrogação dentro da cabeça: por que houve essas transformações de um estado para outro? Esse é o meu sentimento, porque tudo isso faz parte da história da humanidade e, principalmente, na história do povo cearense. Meu muito obrigado pela atenção de vocês.”

Logo depois, manifestou-se **Ednir Alves**, militante da Região da Ibiapaba:

“Pois é, bom dia a todos, ao pessoal aqui da mesa, aos participantes de várias regiões, trabalhadores professores, toda a sociedade de Viçosa, o Sindicato de Trabalhadores

Rurais. Eu vou ser bem breve, eu acho que já foram ditas tantas coisas. De bastante fundamento. Todas com fundamento. Dentro do que nós estamos aqui realizando, que é uma audiência pública, tornando público, né? E o objetivo que vem se discutindo há muitos anos, até séculos. Mas se não houve a humildade, no seio da humanidade, de uma população que será vítima de um processo da forma como está aí. O sistema judiciário brasileiro precisa se humanizar muito mais. Eu sei que já teve muitas instâncias com uma prática bem democrática, que parabenizo, mas precisamos trazer para que o centro das atenções seja o povo, a voz do povo, o sentimento seja da sociedade que fala. Porque seria a maior demagogia dizer, nós amamos a fauna e a flora, que não se tira um vivente animal de uma serra para outra, não se faz uma mudança que seria crime. E mudar a humanidade? Uma geração humana responsável pela criação desse planeta junto com o poder maior, sem a consulta da opinião pública, sem escutar o clamor daquele que está lá na Lagoa do Carnaubal, que está aqui em peso, a comunidade representada. O pessoal da Baixa da Guambira, lá da Santa Maria. O pessoal do Sumaré. Então essas populações precisam serem ouvidas e nosso sistema judiciário tem que sair, o pessoal do Superior Tribunal Federal tem que descer para ouvir também. O nosso sistema político fazendo a sua fala. Nós estamos aqui se defendendo. Piauí está atacando. Aqui nós temos a linha de defesa, queremos que as autoridades do STF desçam e escutem o clamor da sociedade. Porque nós estamos aqui dando o nosso eco, nosso grito para que chegue até lá. A voz de Viçosa, a voz da Ibiapaba, a voz do Ceará: quem está no Ceará, fica cá! Grande abraço.”

Imediatamente depois, pronunciou-se sobre a questão a tabeliã substituta do Cartório de Imóveis de Viçosa do Ceará, **Daiane Nogueira**:

“Bom dia a todos! Estou para demonstrar todo respeito e admiração pela Defensoria e por todos os envolvidos. O cartório está sempre vivenciando toda essa disputa, né? Hoje eu trago até um exemplo prático. Quem é que conhece a Pirapora? O Engenho Velho? Pronto! O cartório já teve um cliente solicitando mudança de matrícula para Cocal. E isso me trouxe muita indignação, como o cartão postal de Viçosa do Ceará, desde criança eu, assim, sou viçosense de coração, desde criança eu sempre soube que a Pirapora de Viçosa, a gente vai lá se divertir na Pirapora, na cachoeira e o nosso cliente chegou no cartório dizendo que o INCRA, ao ser certificado, informou que fazia parte do Piauí. Como assim? Eu entrei em contato com o Dr. Clerton, que é o procurador. Dr. Clerton falou que é uma área de litígio. Eu informei: eu não vou transferir essa matrícula! Então, a gente está à disposição também para lutar por Viçosa. (aplausos). Então nós fomos ficando com a declaração da prefeitura com essa informação. Eu falei com a pessoa do INCRA. Eles falaram que não é o INCRA, que foi feito um estudo do IBGE e que esse estudo foi apresentado e foi feito um projeto de lei. E que essa alteração foi aprovada por lei. E por isso, que agora, no INCRA se você for certificar já consta como se fosse do INCRA. Isso é um absurdo, gente! Eu fiquei indignada. (alguém da plateia questiona) Não! Não! Ele mostra no mapa. Então o nosso cliente está com prejuízo, ele está perdido porque eu não transferi a

matrícula. Ele levou para o Piauí. No Piauí informaram que lá havia a matrícula, e eu pensei 'ele não pode abrir se eu não der a matrícula.' Nós do cartório estamos no meio dessa confusão. E caso ele vá no cartório a gente manda para o juiz e vamos ver o que é que dá, mas eu não quero transferir essa matrícula, gente. Nossas cachoeiras agora vão virar cartão postal do Piauí? Isso não existe! Então eu fiquei tão feliz em saber que haveria essa audiência pública. Eu tinha alguns compromissos do cartório, mas a gente veio para cá. A gente quer levantar essa bandeira e isso é um absurdo, é um absurdo mesmo! A gente não aceita! E os nossos clientes, que vão ao cartório, até aqueles que são do Piauí falaram que não querem ser do Piauí. Eles querem que a parte do território, das terras deles fique sendo do Ceará. Então agradeço muito e peço até um apoio para a gente saber como agir, para não entregar de mãos beijadas, né? Não entregar para o Piauí nossas belezas naturais, nossa cultura, nossa forma de falar... isso é cultural, é diferente! Apesar de ser bem próximo, até a forma de falar é diferente. Está entranhado na nossa raiz, então eu venho aqui nos deixar à disposição, o cartório está à disposição. Quem precisar e a gente está aqui também para lutar por essa bandeira, tá certo, gente?"

Prontamente o microfone foi passado ao **Sr. Valdeci dos Santos**, coordenador sindical da comunidade Lagoa do Carnaubal:

“Bom dia a todos e a todas! Sou Valdeci, coordenador do Sindicato de Viçosa do Ceará, lá na região de Padre Vieira e comunidades vizinhas, né, que é a Lagoa do Carnaubal. A gente teve uma reunião, acho que o Eônio lembra muito bem, né, lá na Lagoa do Carnaubal, onde eu me expressei, né, lá naquele dia. Da preocupação, né, do povo da comunidade, que com essa mudança do Ceará, Piauí, né. Aonde tem uma estrada lá, em torno de 10 km, que tem uma promessa da gestão de fazer essa pista. Aonde o povo demonstrava essa preocupação. Então, no mínimo nós não vamos ter essa pista, né? Mas graças a Deus, o prefeito de Viçosa, Franci Rocha, está fazendo a pista, com mais de 30% concluída. A comunidade está feliz com isso, mas triste, possivelmente com essa mudança para o Piauí. A comunidade conta com o Ministério Público, com o poder público para essa defesa. O Sindicato de Viçosa do Ceará também está nessa luta. No mais é só isso mesmo e muito obrigado.”

Logo depois, seguimos com a manifestação da **Sra. Terezinha Moura**, representando a CDL da Região da Serra da Ibiapaba:

“Bom dia a todos, bom dia a mesa. deixa eu me apresentar, meu nome é Terezinha Moura, eu coordeno as CDLs da Ibiapaba, de Viçosa a Ipu, então eu não podia deixar de fazer a colocação dos empresários do comércio e dos serviços e dizer o quanto a

gente será afetado e, evidentemente, o povo. Imagina vocês, ali onde está o posto da Polícia Estadual, entre Ubajara e Tianguá, onde tem uma secretaria da SEFAZ do Ceará, tributando... pronto, um produto da agricultura, um produto orgânico, um alimento que vem de determinado local, para Guaraciaba do Norte, para ser comercializado na CEASA de Tianguá. Vai ser um transtorno. Vários empresários que moram nessa serra, nessa Serra da Ibiapaba, tem filiais em outras cidades. Imagina que a matriz é Ubajara e a filial é em Tianguá, ou em Guaraciaba, que tributa! Onde é que vai rescindir o preço do produto? Para o consumidor final. Agora, Dr. Procurador do Estado, foi muito confortável você, na sua fala, diz que está com um diálogo bom, relativamente confortável com o Exército, quando eles recuam na primeira avaliação da perícia que não seria o divisor de águas. Imagine vocês, eu moro em Ubajara, mas eu sou da Ibiapaba. Mas imagina vocês, a minha empresa fica no início da avenida de acesso à gruta de Ubajara. Se eu parar meu carro na frente e der um passo, fica um pé no Piauí e outro no Ceará. Se você caminha mais 4 km e iria chegar na gruta de Ubajara, a primeira plataforma do bondinho seria de um estado, a gruta seria de outro. Doideira total, doideira absoluta! E assim, participar desse momento me deixa alegre e me entristece. Primeiro eu vou falar da alegria. Alegria é quando eu vejo a Defensoria Pública, a PGE, os técnicos do estado, cuidando do Estado do Ceará, estamos vendo o zelo que eles estão tendo com o processo. No início, né, nobre Procurador, quando nós que povo da Ibiapaba, nós da CDL que é onde eu congrego, ficamos sabendo desse litígio. Logo após a pandemia, a gente voltando da pandemia, alguns muito tristes porque perdemos muitas vidas, muitos amigos. Muita gente fechando as empresas, muitos empresários fechando as empresas.. e então a gente soube: Poxa! Estourou a questão do litígio do Ceará e do Piauí. Gente, o que é isso? E aí, o que é que faz? O que vamos fazer? Então eu te entendi, meu amigo ali da aldeia... como é o nome? Gameleira. Eu te entendi perfeitamente, quando você diz 'nós nos sentimos excluídos'. Olha, eu me senti em você. Porque nós aqui da Ibiapaba se sentimos tão excluídos. Gente, nós somos alí de cima da Serra, nós somos de onde? Somos do Ceará! Mas o Ceará não é serra? Quem vai ser do Piauí? Então assim, quando eu vi o Cléber do IPECE. Ele disse assim.. Eu fiquei muito confortável, na primeira Audiência Pública, o pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, aquele rapaz que falou no início, no vídeo, nos convidou para participar. Quem forma esse comitê é a nossa então, Senadora Augusta... ela estava deputada á época. Então eu disse, se for abrir esse canal para assessora distrital da Ibiapaba. Eu disse, deputada. Ela disse: 'eu não posso dar o microfone para vocês'. Ok, mas eu quero que a minha escuta, seja pelo menos igual a mesma escuta de presidentes de CDL da Viçosa. Então foi possível, todos os presidentes ficaram online nessa audiência. Então assim, particularmente eu fiquei muito confortável. Quando o Cleber disse assim: olha nós estamos cuidando do estado, de defender o território do estado do Ceará. Opa! A Ibiapaba, Ceará! Não tenho dúvida! Aqui não é Piauí! Aqui é Ceará de fato. Agora escutando aqui o procurador que cuida do processo que tá no Supremo, escutando a nossa defensora, né, que coordena a Defensoria Pública, entrando no processo... eu fico mais confortável ainda. Deixa eu te dizer do porque que eu fico triste, porque gente, não era para gente estar mobilizando energia... alunos, diretores de colégio, a igreja, o advogado, o pro-

curadoria, o poder público... para estar falando desse assunto de litígio. Não era. Era para gente estar mobilizando esse povo para falar de políticas públicas, meu vereador, presidente da câmara de Tianguá. Era para gente estar buscando fortalecer essa região da Ibiapaba, como região. Mas como diz, se é para se unir para fazer o bem, o jeito é esse: o povo se unindo para fortalecer a Ibiapaba. Deixa eu ver se eu falei o que eu queria falar... falei do divisor de águas, tô confortável aí. Foi por isso que a gente assustou-se muito. Pois se vale essa perícia do divisor de água, pois estamos aqui. Que isso não existia, que se botar um pé no Piauí o outro tá no Ceará, não dá para entender uma gestão dessa forma. Falei também da minha tristeza e da minha alegria. Então é isso. A minha pergunta é para você, viu! Fico muito confortável, gratidão. Leve o meu agradecimento ao Dr. Rafael, eu estive com ele. E pode ter certeza... cadê o meu amigo da OAB de Ibiapaba? Não sei. Bom, mas nós da Ibiapaba, nós da DCL, queremos fazer parte do processo, como amicus curiae. Eu tenho certeza, nós empresários... nessa entidade tem mais de cinco mil empresários. Nós queremos! Nós queremos fazer parte, nós queremos acompanhar esse processo. Nós não seremos pegos de calças curtas, como se diz aqui. A gente quer adentrar nesse processo e queremos fortalecer a nossa Ibiapaba, como região, como a gente merece ser. Junto. Nós estamos juntos com vocês indígenas. Gratidão.”

Concluindo, a próxima manifestação foi da estudante da Escola Irmã Lins, **Yuke dos Santos**:

“Boa tarde! Eu sou Yuke e sou estudante da Escola Irmã Lins e eu estou representando os estudantes. A gente já tratou desse assunto. Ano passado a escola promoveu uma atividade sobre estudos históricos, de antigamente, e eu sei que essas serras, antigamente, eram uma série do Piauí. Eram... Não são mais porque o Piauí cedeu. No ano de, se não me engano, em 1885, no Período Imperial de Dom Pedro II, por conta de uma forte seca enfrentada no Período Imperial, Dom Pedro cedeu para o Estado do Ceará. A partir do momento que você cedeu uma área, você está dando, ou seja, o estado do Ceará ocupou essas serras. Bem, em 2011, a Procuradoria Geral do Estado do Piauí conseguiu reivindicar essas terras. Muito tempo depois vem reivindicar umas terras que você já deveria ter reivindicado faz muito tempo. Porque a partir do momento que você decide reivindicar em 2011, você vai está mexendo totalmente com uma estrutura, com questões financeiras, culturais e assim por diante. Tipo, você vai está mexendo com o nome de pessoas importantes, históricas... Com várias coisas como os documentos. Se esses municípios passarem a ser do Piauí, vão ter que refazer diversas coisas. O governo vai mudar, as escolas vão mudar... A economia também vai mudar, por conta que muitas coisas eles não sabem o que estão fazendo, só o governo do Ceará sabe. Já pensou se Viçosa... eu adoro ser viçosense, eu preciso dizer honestamente: eu não... eu não aceito mudar quem eu sou. Eu sou viçosense. Eu nasci no estado do Ceará. E aí vem alguém querer mudar isso! Eu não admito! Não só eu, como diversas pessoas também, que não pode vir e que nem deveria está sendo discutido. Isso deveria ser discutido há muito tempo atrás no período da colonização, que aí sim não iria mexer com tantas outras pautas. Então essa é a minha opinião so-

bre o assunto. Eu particularmente não gosto, não concordo nenhum pouco com essa divisão. Eu prefiro como está atualmente, sem essa divisão. Obrigada!”

Continuando as manifestações da plenária sobre o assunto, a palavra foi dada ao próximo participante inscrito, o **Sr. Zacarias Rocha**, da Comunidade Lagoa do Carnaubal:

“Bom dia, sou Zacarias Rocha. Sou de uma comunidade daqui de Viçosa, que fica praticamente aqui na área de limite. A nossa comunidade fica a mais ou menos 1 km da divisa do Piauí. E, ultimamente, a gente teve informações que a nossa comunidade será uma das mais prejudicadas por esse litígio, caso aconteça, caso o Piauí adquira essa nova linha. Por isso a nossa preocupação lá na comunidade. Eu agradeço aqui a oportunidade, ao Eônio que esteve com a gente, que nos deu uma força, que nos deu essa coragem e novamente nos convidou a participar dessa audiência, aqui com os representantes da... Defensoria Pública do Estado do Ceará. é difícil para nós que somos lá do mato, né? Mas a gente se sente fortalecido, como a irmã falou. Tivemos aqui mais cedo a presença da gestão municipal, do sindicato dos trabalhadores de Viçosa que nos ajuda, o representante da Igreja, na pessoa do nosso Bispo Dom Edmilson. Nós da comunidade somos coordenador da igreja, mas fomos convidados a estar aqui para defender a comunidade aqui nessa questão. Então a gente se sente mais fortalecido... A junção dessas pessoas, nesse braço mais forte, para que juntos possamos lutar. Então eu gostaria de convidar, as pessoas que podem da sociedade, ao indígenas, para gente fazer uma... uma... esqueci o nome... uma fala, que diz assim: território povo irmão, bebe água em nossas mãos” (o que em seguida foi entoado pela plenária).

Por conseguinte, a palavra foi passada ao vereador do município de Tianguá, o **sr. Claudio-elder Vasconcelos**:

“Bom dia às senhoras, aos senhores. Fica aqui o meu cumprimento à mesa, na pessoa do Dr. Iuri, Dra. Lia e Dra, Elizabeth. O meu cumprimento a todos que fazem, né, a população que, em nome dos indígenas e todos aqui presentes. Ora, nós tivemos logo no início do ano passado uma audiência pública quando convocada pelo presidente da câmara de Tianguá, onde a gente se manifestou, com pessoas que também estão presentes aqui. Aqui, dizer a toda população, não só do Ceará, mas na circunvizinhança, que é do estado do Piauí, dizer com todo respeito aos piauienses. Meu pai praticamente foi criado, serviu ao exército no estado do Piauí, levou a família dele toda à Teresina, mas voltou à Tianguá, somos natos tianguaenses e cearenses. E dessa forma a gente ver a crítica do governo capitalista. Viu o desenvolvimento e o valor do vento. As eólicas fez o governo crescer os olhos e ganhar o dinheiro e esqueceu os valores dos seres humanos que nós somos, Descartando todas as possibilidades da nos-


sa região viva. Nós vamos aqui, ter que submeter o Ceará e o Piauí, a Rússia e a Ucrânia? Nós iremos a uma guerra civil para poder defender o nosso território? Senhores governadores, sejam mais humanos! Que esta minha fala chegue até a ele. Nós temos hoje a mesma alma política. A preocupação muito grande é a família! Porque nós vamos perder a raiz Ceará. desejo que a pessoa do Elmano seja muito racional, que seja verdadeiramente humano e o estado do Piauí que é PT também. E nós temos a raiz nacional que é o Lula. Mas estamos hoje a defender... tudo o que nós trouxemos aqui, nós dependemos do ministério, dos ministros para que vá realmente para uma votação, ou então dê seu parecer final e se archive todo o processo. Esse processo... se vocês tivessem aqui a oportunidade, eu acredito que cada um desses estudantes, nós possamos usar hoje é a maior ferramenta, que é as redes sociais. Vamos se manifestar! Porque essa redes sociais, que cada um de nós possa se manifestar, chega ao conhecimento deles. Porque eu sempre diga que a internet é terra sem lei, quando a gente usa para o que não presta. Mas para defender os direitos, aquilo que é verdadeiramente nosso, é ser cearense, é defender a nossa pátria. Como todo respeito aos piauienses, porque lá tem gente, é terra viva! Olha só a proporção da gravidade que o capitalismo faz ao nível da nossa região. Tianguá pode ter o Hospital São Camilo, regional, pólo. Hoje com UTI adulto, UTI infantil, nesses 30 ou 40 dias vai abrir a UTI neonatal. Então nós temos UTI. Nós temos um centro de hemodiálise... Franci Rocha, Pedro estiveram lá... nós poderemos atender a mais de 300 pessoas dias, aqui da Região da Ibiapaba. Se assistido em quartel, 05 bancos, instituição financeira... para ser perdido parte da nossa cidade de Tianguá, mais da metade de Ubajara e Ibiapina. Nós temos um incidente citado aqui pelo Franci, um dos distritos mais afetados. Se ocorrer de lá ter uma ocorrência, que Deus a proteja, mas dando aqui como exemplo, da ocorrência de um crime: esfaqueou um fulano, terá de ir lá em São João da Fronteira para fazer essa ocorrência. Doutor, isso é um absurdo. São pessoas, como eu sempre digo, ele não vê o horizonte, só isso aqui. É os fins lucrativos. Por trás desse processo, que o Governo protocolou isso, tem algumas instituições particulares, visando a questão financeira, que é o vento da nossa região que é riquíssimo em energia renovável. É uma grande preocupação. Nós temos hoje Jaburu, com capacidade, que nós tivemos também em Croatá da Serra... defender a terra para valorizar o povo. Eu acho que essas pessoas deviam trabalhar para defender essas pessoas. Hoje era para gente está aqui para defender eram causas sociais. Era uma melhoria. Era mais investimento na saúde, na tecnologia, porque eu acredito que um país que investe na tecnologia, ela faz em ciências, descobrimentos, evolução, com mais vontade de crescer, com inteligência. Nós vamos ter uma deficiência muito grande. Não é o prejuízo eleitoral que o político tem interesse no voto, não. É o prejuízo à família que nós iremos ter. Então obrigado, só gratidão ao relato dessa professora, a nossa querida lá, o coração dela é esse ginásio coberto, é pequeno para caber a multidão que não quer essa mudança. Esse processo é muito triste para as nossas cidades, onde nós deveríamos estar hoje para que a nossa região, a zona norte, passasse a ser um Estado. Ninguém briga por isso. Mas brigar pelo financeiro. É financeiramente, estado do Piauí. Perdeu os valores da família, para eles tanto faz a gente estar vivo, nós morrer, o interesse dele é a terra, é a questão financeira. Estamos juntos. A câmara municipal de Tianguá, a região toda,



está de mãos dadas, juntos e com o mesmo objetivo. Então nós precisamos de cada um de nós. É obrigação nossa! de cada um de nós. Não é só as instituições não. Nós temos a obrigação de lutar para que nós possamos permanecer cearenses de coração, de terra e de propriedade. Esse é o objetivo nosso. Então vamos usar as nossas redes sociais para poder chegar, porque vai chegar: Carmen Lúcia, se você ainda não veio, venha visitar a nossa terra, de pessoas hospitaleiros. Nós somos hospitaleiros. Tianguá.. Viçosa... Eu sempre falo, Viçosa é um dos município que tem a maior população nata. Tianguá nós temos apenas 25% da população nata, todos migrados de fora. E todos temos esse acolhimento. E a prática que passou de um para o outro: quem bebe da água da Serra da Ibiapaba sempre volta! Eu tenho certeza que vocês vão sempre estar por aqui. Porque nós somos hospitaleiros. Nós somos gente que gosta de gente. A gente vive, nós trabalha para ganhar dinheiro. Mas nós fazemos isso para puxar o tapete. Governo do Estado do Piauí, encerre isso! Colocar em cheque uma instituição, o exército? Colocar em cheque. É o cúmulo do ridículo, desculpa minha expressão. Quer propriedade? Fique com a que tem! Deixa o Ceará.”

Ao fim da fala, foi oportunizada a manifestação do **Sr. Gilton Barreto**, da Secretaria Municipal de Viçosa do Ceará:

“Boa tarde a todos, obrigado aqui pela palavra. Viçosa, a Ibiapaba nunca será piauiense. Estudando a história colonial da Ibiapaba, nós... Piauí era desconhecido. Nós, Clóvis Beviláqua, nós temos a honra de ter o maior jurista da América Latina. Que construiu, ajudou a construir o Código Civil inglês. Ajudou a construir o Código Civil da Argentina. E construiu o nosso Código Civil em seis meses. E passou 16 anos debatidos na província, para ser construído nosso Código Civil, que é chamado Novo Código Clóvis Beviláqua. E ele teve a graça de dizer que Viçosa é do Ceará. Por isso que é a única cidade, dos 184 municípios que enfatiza, vem em mente, que nós somos cearenses. Viçosa do Ceará. E eu quero dizer a vocês que a Ibiapaba já teve conflitos. Já vivemos vários conflitos. Participamos da Guerra dos Balaies, ajudando os amigos piauienses. Fomos nós que estivemos na luta das Confederações do Equador. Fomos nós, índios, nós índios do Ceará, localizados na Serra da Ibiapaba, que estiveram expulsando os holandeses lá em Pernambuco. Infelizmente, nós vivemos essa situação. Mas que nossos irmãos piauienses, que é um pessoal... as pessoas... 99% é que faz acontecer o turismo aqui em Viçosa do Ceará, principalmente. E voltando, nós vivemos um eterno litígio. O que foi trazido aqui pelo.. pela.. pelo cartório, na pessoa que veio aqui representando o cartório, esse litígio é um exemplo da Pirapora. A Pirapora, sempre pertenceu ao Piauí. Mas ela está para Viçosa, está para Ibiapaba. Por isso esse sentimento de pertencimento. Mas os documentos lá, se você for pesquisar no INCRA é do Piauí. Por isso que a gente tem que brigar por esse sentimento de pertencimento. Eu acho que é a mola mestra, para gente defender a nossa região, para a gente não ser piauiense. Então essa é a minha palavra e minha gratidão.”



Por fim, a última manifestação do público, nesta audiência, foi da **Sra. Maria Olinda**, presidente da câmara de vereadores do município de Ipu:

“Bom dia a todos, eu quero pedir licença aos senhores da mesa para falar em nome da Lia, da Dra. Elizabeth, da Maria das Graças e da minha colega vereadora Conceição Araújo. Eu quero cumprimentar a mesa e a todos vocês que estão aqui. Todos nós. Eu quero dizer a vocês que hoje, eu assisti a uma aula. Uma senhora aula de história, geografia e sobretudo de cidadania. Estou muito feliz! Queremos agradecer ao convite e dizer que a Câmara Municipal de Ipu está à disposição! Contem conosco. Nunca me senti tão cearense, tão ibiapana. Contem com a gente. Estamos juntos! Foi um prazer imenso. O meu bom dia e meu muito obrigado.”

# RELATÓRIO FOTOGRAFICO













**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO CEARÁ